

APÊNDICE ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão de base para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO:

Nº do Processo:	5321/2026
Estudo Preliminar nº:	01/2026
Secretaria:	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Setor / Órgão:	Subsecretaria de Infraestrutura Pública
Objeto:	Os estudos preliminares aqui resumidos têm por objeto identificar a melhor solução para atender as necessidades do Município na destinação final de resíduos e fornecer o subsídio básico para a elaboração de Termo de Referência.
Equipe de Planejamento:	Apoio Técnico: Jeferson Pires Aragão
	Edição: Elias José Moreira Sanglard
	De acordo: Bernardo Coelho Verly

2. INTRODUÇÃO:

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Informamos que ainda não foi implementado PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PAC) no âmbito desta Administração Pública Municipal, tampouco desta Secretaria de Infraestrutura e Obras, considerando, sobretudo, a deficiente disponibilidade orçamentária da Pasta, que não nos permite elaborar plano abrangendo todas as demandas. Acreditamos que, futuramente, tal demanda poderá ser suprida, fazendo parte, inclusive, do planejamento interno de contratação da Secretaria de Licitações e Planejamento.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

Nova Friburgo é um município composto por várias bacias hidrográficas, com características montanhosas, é composta basicamente de um conjunto de superfícies vertentes e de uma rede de drenagem formada por cursos d'água que confluem até resultar um leito único no exultório. Dado o exposto, a dragagem de manutenção em corpos hídricos é necessária para manter a profundidade ao traçado do canal de projeto, ou a calha de corpos hídricos, cuja lâmina d'água é, periodicamente, reduzida devido ao assoreamento, sendo o desassoreamento necessário para minimizar os impactos causados por enchentes decorrentes do transbordamento dos cursos hídricos.

Assim, considerados os serviços de dragagem/desassoreamento, que têm por objetivo mitigar as inundações decorrentes do transbordamento desses cursos d'água, promovendo melhoria da qualidade de vida da população que vive mais próximo às suas margens, **esta Secretaria de Infraestrutura e Obras precisa de local ambientalmente adequado e licenciado para transbordo dos materiais decorrentes dos serviços realizados.**

Inclusive, conforme documentação anexa, para adesão do Programa Estadual “Limpa Rio”, promovido pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, a municipalidade precisa firmar declaração de que disponibilizará bota-fora licenciado para receber o material proveniente do desassoreamento dos rios onde o serviço for executado pelo Estado, de tal sorte que, sem a indicação do respectivo local de transbordo, não lograremos êxito em trazer o serviço, de suma importância, para o Município de Nova Friburgo.

No mais, além desta Secretaria de Infraestrutura e Obras acabar por absorver as demandas de demolições de imóveis interditados pela Secretaria de Proteção e Defesa Civil, quando viável a realização com maquinário e/ou pessoal próprio, o Município firmou recentemente TAC – Termo de Ajustamento de Conduta nos autos do processo judicial nº. 0003386-73.2010.8.19.0037 (PA 36018/2025) onde, em meio a diversas obrigações, consta a demolição de 14 (quatorze) imóveis, com a conseguinte remoção dos entulhos gerados, *ex vi* cls. 3.2. Por Tal razão, também demandamos a utilização de local licenciado para destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

Os demais serviços realizados por esta Secretaria de Infraestrutura e Obras (manutenção viária, obras públicas e demolições realizadas com pessoal próprio) por vezes também demandam a disponibilidade de bota-foras licenciados para disposição final de resíduos de forma ambientalmente adequada.

Hoje, não dispomos de local ambientalmente adequado e licenciado para disposição final de resíduos de dragagem dos rios e córregos do Município, tampouco disposição de materiais provenientes de limpeza de obras, entulhos, terraplanagens,

remoção de barreiras, etc.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Conforme apontado no item de justificativa, a Administração Pública Municipal não dispõe de terreno próprio e licenciado para recebimento dos resíduos provenientes de serviços de desassoreamento de rios e córregos, tampouco provenientes de demolições, obras, etc.

Considerando que não temos como precisar previamente o volume de material a ser depositado (volume de material/resíduos a ser dada destinação final adequada) o que poderá sofrer alteração no caso de êxito ou não na adesão ao Programa Estadual Limpa Rio, por exemplo, bem como não temos como precisar o volume de serviço que teremos condições de executar no período de 12 meses, deverá ser adotado o Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação, por demanda.

A contratação deverá prever a disposição final de materiais resultantes de dragagens e desassoreamento de cursos d'água em locais de operação e disposição final apropriados, devidamente autorizados e/ou licenciados pelos órgãos de licenciamento e de controle ambiental competentes, compreendendo o recebimento e espalhamento do material depositado. **O serviço não contemplará o transporte, que será sempre realizado pela Administração Pública, mas tão somente o recebimento dos materiais.**

Considerando que o transporte é realizado diretamente pela Administração Pública, deve ser exigida **restrição territorial, de forma que local de destinação a ser utilizado esteja inserido dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo**, até mesmo para que não haja geração de passivo ambiental deste Município para Municípios vizinhos.

Assim, a solução a ser adotada pela Municipalidade para disposição final de resíduos gerados deverá ter disponibilidade de recebimento de materiais provenientes de dragagem de rios e córregos com recebimento de material sólido e vegetação, além de materiais de entulho, obras, demolições (RCC), terraplanagem, etc, serviços de rotina realizados por esta Secretaria, o que vem a confirmar a natureza continuada de sua contratação.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:



Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do §1º, art. 18 da Lei 14.133/21).

Definição do método para a estimativa das quantidades:

Considerando o histórico de contratação de serviços desta natureza que temos disponível, aquela última firmada no bojo do processo nº. 27028/2023, cujo saldo vencido/não utilizado da ARP importou em aproximadamente 10% do volume registrado, iremos manter o mesmo volume de serviços para a estimativa de quantidade da ARP anterior para futura e eventual contratação, representada na memória de cálculo, a qual leva em consideração uma média de serviços que entendemos ser possível executar no período de 12 meses, estimando principalmente os serviços de desassoreamento realizados pela Administração em corpos hídricos principais e secundários (rios e córregos) tais como Rio Santo Antônio, Rio Cônego, Bengalas e demais córregos que afetem diretamente a população de seu entorno, tais como os Córregos de São Geraldo, Varginha, Chácara do Paraíso, etc. Assim, foi estimada a execução de serviços dessa natureza em extensão média de 5km, por uma largura média de 20 metros (maior seção de corpo hídrico no Município) e 0,50m de profundidade. Deverá ser considerada ainda a disponibilidade orçamentária para atendimento das demandas desta natureza.

Somado à respectiva volumetria de resíduos sólidos comuns – Classe II – B – NBR 10004, considerando que a contratação anterior não contemplou/recebeu materiais provenientes de RCC – Resíduos da Construção Civil provenientes de intervenções de demolições, necessário criar um segundo lote para tais materiais, adotando-se como parâmetro uma estimativa de demolição de 100 imóveis de 1 pavimento e aproximadamente 80m², o que importa na geração de resíduo de aproximadamente 1.200.000kg ou 1200 toneladas (8.000m² x 150kg/m² = 1.200.000kg) para fins de registro de preço para futura e eventual contratação.

- Uma forma de quantificar os RCC, comumente utilizada na construção civil, é explanada por Pinto (1999), sendo uma metodologia indireta, determinando a quantia de 150 kg de RCC gerados por metro quadrado construído.

(Pinto, T.D.P. Metodologia para a gestão diferenciada de resíduos sólidos da construção urbana. São Paulo, 1999. 189 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil e Urbana) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo.)

Tal memória de cálculo é adotada tão somente como parâmetro para efeito de estimativa de quantidades, sendo certo que a disposição final de RCC pode ser adotada para diversas frentes de trabalho da Administração, como descarte de tubos de concreto danificados, demolições de pequenas obras, enfim, todo e qualquer descarte de material da construção civil, não se vinculando tão somente a imóveis demolidos.

As quantidades serão demonstradas em planilha orçamentária específica.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

ESCOLHA E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA PARA AQUISIÇÃO:

Como alternativas de soluções existentes para a disposição ambientalmente adequada dos resíduos gerados, podemos levantar as seguintes hipóteses:

- 1 – Contratação da disposição final em sistema de caçambas;
- 2 – Desapropriação de terreno apto a receber resíduos inertes – escavações, desassoreamentos e dragagens bem como resíduos da construção civil e, posteriormente, buscar o licenciamento dessa área de modo a permitir o desenvolvimento dessa atividade; ou
- 3 – Contratar com terceiro a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados pela Administração – Bota-fora.

Assim, identificamos logo de início que a primeira hipótese não se adequa, nem de longe, aos interesses da Administração, uma vez que a contratação de disposição final utilizando sistema de caçambas é voltada para serviços de menor vulto, já que além do baixo volume de material retirado por vez em razão do tamanho das caçambas, o que prejudica a evolução dos serviços de desassoreamento, também não se adequa pois inclui o transporte pela futura contratada até o local do transbordo, não representando demanda desta Secretaria e refletindo um elevadíssimo custo (cerca de R\$350,00 a R\$400,00 cada caçamba de 4m³), alcançando uma média de R\$ 93,75 o m³, valor impraticável para o serviço demandado.

A segunda hipótese, em um primeiro momento poderia se tornar uma solução viável, que afastaria a necessidade de inauguração do presente processo licitatório, no entanto, além de não termos encontrado imóvel que atenda a finalidade de transbordo sem grandes depreciações/inutilização futura ou impactos ambientais, tal solução seria de conclusão a médio/longo prazo, pois dependeria de todo trâmite de um processo expropriatório e ainda os longos entraves burocráticos para consecução das licenças ambientais, o que não atenderia às demandas urgentes da Administração para descarte dos resíduos gerados nas operações.

Assim, diante da demanda ora enfrentada por esta Secretaria de Infraestrutura e Obras, não vemos outra alternativa viável senão a terceira hipótese, com a contratação dos serviços de bota-fora mediante Sistema de Registro de Preços para execução conforme demanda desta Pasta, uma vez que não disponibilizamos de terreno

licenciado e apto ao recebimento de materiais provenientes de serviços de desassoreamento de cursos d'água, tampouco materiais provenientes de obras públicas, demolições, RCC, etc.

No mais, a respectiva solução já foi outrora adotada no processo nº. 27028/2023, se revelando satisfatória ao atendimento das demandas da Administração.

Decidimos pela utilização de Pregão Eletrônico, *ex vi legis*, por atender os comandos da novel norma de contratações públicas, considerada a **natureza comum do serviço de engenharia a ser registrado**, adotando o Sistema de Registros de Preços, justamente por não termos condições de dimensionar exatamente o volume de material que deverá ser dada destinação final ambientalmente adequada ao longo de 12 meses, exaltando a existência no mercado de diversas empresas que realizam o serviço ora demandado, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação futura.

A solução, se amolda, portanto, ao que disciplinado no Art. 3º, I e V c/c parágrafo único do Decreto nº. 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

A opção da escolha do Sistema de Registro de Preços, portanto, é o mais adequado para realização deste certame, melhor se coadunando com o planejamento institucional.

Deverá ser exigida restrição territorial, de forma que **o bota-fora a ser utilizado esteja inserido dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo**, até mesmo para que não haja geração de passivo ambiental deste Município para Municípios vizinhos.

Assim, deverá ser elaborada pela equipe técnica responsável pelo planejamento da licitação, planilha orçamentária acompanhada de sua memória de cálculo onde sejam discriminados os valores unitários estimados de todos os materiais e serviços que serão aplicados na contratação dos serviços.

Vale ressaltar que a referência da planilha orçamentária baseada nas tabelas SCO/RJ e SICRO2, supre a pesquisa de preços de mercado, conforme Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013 e publicação "Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias públicas – TCU".

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a

conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).

Para levantamento do custo de mercado da contratação, o orçamento será realizado pelo Setor de Orçamento da Secretaria Municipal de Obras, **utilizando-se, principalmente, Planilhas Referenciais, tais como os Catálogos SINAPI, SICRO, SCO/RJ, EMOP/RJ ou outras que porventura possam dar subsídio à formulação do preço médio de mercado, sendo certo que, caso não localizado item específico de destinação final de resíduos, sem transporte, poderá ser adotado item analítico – expandido – com supressão de serviços não realizados, ou, alternativamente ou concomitantemente, realizada cotação com auxílio da Secretaria de Licitações e Planejamento, de modo a se obter preços reais de mercado.**

Caso não exista item fechado que contemple a diversidade de material a ser dispensado, contemplando o material com resíduos úmidos, resíduos secos e resíduos com matéria orgânica, deverá ser realizada, pelo Setor de Orçamento, composição para definição do valor a ser atribuído à tonelada de material a ser depositado, estimando-se coeficiente médio para conversão ton/m³ caso necessário, atendendo, ainda, a possibilidade de destinação de RCC – Resíduo da Construção Civil, devendo ser avaliada a necessidade de criação de lotes distintos para os diferentes tipos de resíduos.

Inicialmente, o custo estimado para formação da Ata de Registro de Preços visando a futura contratação, se adotados os mesmos itens da contratação anterior, em um primeiro momento, atingiria o importe de aproximadamente R\$ 2.200.000,00, (dois milhões e duzentos mil reais), considerado o valor da última licitação objeto do processo nº. 27028/2023.

Considerando o momento que este Estudo Técnico Preliminar foi inicialmente elaborado, por óbvio, tal valor poderia vir a sofrer alteração nas etapas posteriores, com a elaboração da planilha orçamentária de composição do custo do serviço, com i0 devidamente atualizado, que irá instruir o certame, ou ainda caso realizada cotação de mercado pela Secretaria de Licitações e Planejamento.

No entanto, considerando tratar-se de ERRATA de ETP exigida pela D. Controladoria, onde o processo já contava com planilha orçamentária elaborada, temos já definido o custo estimado da licitação fixado em R\$ 1.368.553,20 (um milhão, trezentos e sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e três reais e vinte centavos).

Anotamos que não foram encontradas contratações semelhantes no PNCP para extração do valor do m³ ou tonelada de bota-fora, considerada tão somente a destinação final dos resíduos, sem transporte, carga e descarga ou disponibilização de caçamba, que não se aplica à demanda que ora se pretende registrar preço para futura contratação, já que destinada a serviços de menor vulto.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Uma vez que o Poder Executivo Municipal não dispõe de terreno com tais características, a melhor solução para atendimento da demanda é a **contratação dos serviços continuados de disposição final de resíduos, comumente denominado “bota-fora”, tal como já firmado outrora no bojo do processo nº. 27028/2023.**

As pesquisas de mercado e de preços realizadas, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, demonstraram que a solução disponível no mercado mais adequada a necessidade é a **Formação de Ata de Registro de Preços para futura contratação de Empresa para os serviços comuns de DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - CONTRATAÇÃO DE BOTA-FORA**, pelo menor preço global, pelo prazo de 12 meses, prorrogáveis na forma da lei (Arts. 84 e 107 da L. 14.133/2021), inclusive com renovação do volume em especial, por conta da natureza continuada da contratação cujo volume não podemos precisar em razão de diversas variáveis, tais como clima, nível de precipitações, imóveis a serem demolidos - histórico e novos, novas demandas que possam surgir, etc.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

O parcelamento da solução refere-se à licitação realizada por item, sempre que o objeto for divisível, não haja prejuízo da solução e permita ampla participação de licitantes. A solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as perguntas a seguir for positiva:

1. É tecnicamente viável dividir a solução? **SIM**
2. É economicamente viável dividir a solução? **SIM**
3. Não há perda de escala ao dividir a solução? **SIM**
4. Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução? **SIM**

Assim, considerando que o pregão será realizado pelo menor preço global, apesar da solução contemplar um único serviço a ser realizado – destinação final de resíduos sólidos, considerando a possibilidade de distinção entre categorias dos materiais a serem dispensados, entendemos que deverá haver o parcelamento da solução em dois lotes distintos, sendo um para materiais provenientes de serviços de desassoreamento de córregos e rios, terraplanagens e remoção de barreiras, e outro lote específico para RCC – Resíduo da Construção Civil, considerando que nem todos os bota-foras possuem licenciamento para receber os dois tipos de materiais simultaneamente, existindo ainda distinção no preço de mercado para recebimento de um ou outro tipo de

material.

Demais disto, cumpre trazer o Acórdão nº. 75.681/2022 Plenário do TCE/RJ, que dita que a definição da divisibilidade ou não por lotes, ou itens na licitação, insere-se no âmbito da discricionariedade administrativa, competindo ao gestor público avaliar na fase de planejamento, qual meio melhor atende ao interesse público.

Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação seja parcelada em dois lotes distintos, por ser vantajoso para a administração pública, não representando prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser futuramente contratado.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS:

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Com a formação de Ata de Registro de Preços a ser realizada pelo Município, objetiva-se ter à disposição da Administração área de bota-fora em locais de operação e disposição final apropriados, devidamente autorizados e/ou licenciados pelos órgãos de licenciamento e de controle ambiental competentes, localizados dentro do território municipal, de modo a viabilizar os serviços de desassoreamento de cursos d'água, otimizando os sistemas de drenagem e preservando a vida, a saúde e patrimônio da população friburguense, recebendo os resíduos sólidos oriundos da dragagem de manutenção e/ou desassoreamento de corpos hídricos, bem como de serviços de demolição, obras públicas, RCC, etc, sem gerar passivo ambiental para a Administração Pública Municipal.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Consoante a nova legislação vigente, deverá ser considerada a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização da execução do objeto contratado, devendo ser realizado pelo Fiscal do contrato com a supervisão do Gestor, o controle efetivo do consumo da ARP, informando frequentemente à Gestão sobre os saldos de atas, contratos dela decorrentes e necessidade de renovação, etc. Este aprimoramento por parte dos servidores, Fiscais e Gestores, das contratações públicas é imprescindível para a melhoria do controle da gestão.

A fiscalização deverá ter acesso ao cadastro do Município na plataforma do INEA/RJ para geração e baixa dos manifestos de transportes de resíduos.



Ainda, considerada a altíssima relevância dos serviços desempenhados por fiscais e gestores de contratos, muitas vezes além de suas atribuições cotidianas, dado o risco a que estão expostos, vez que submetidos por diversas vezes a interpretações subjetivas de diferentes organismos de controle e fiscalização que podem vir a importar em responsabilizações pessoais, seria de bom alvitre que a Administração estudasse uma forma, legal, de retribuir financeiramente aqueles nomeados para tais encargos, mediante parâmetros atrelados aos valores das contratações a que estão vinculados.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Não existem, no âmbito desta Administração Pública Municipal, contratação correlata e/ou interdependente que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

Já no âmbito da Administração Pública Estadual, temos a execução do Programa Limpa Rio – INEA/RJ, que promove o desassoreamento de cursos d'água em todo Estado, inclusive no território municipal e demandam a indicação de local ambientalmente adequado e licenciado para transbordo do material gerado, no entanto, a execução das atividades promovidas pelo Programa Estadual não interferem na contratação que ora se busca, já que o Programa só é executado caso tenhamos disponibilidade de bota-fora ou bota-espera, sendo aquela contratação estadual afetada por esta, e não o contrário.

Em resumo, caso esta contratação não seja levada a efeito no curto prazo que se espera, o que redundará em não dispormos de bota-fora, o Programa Estadual simplesmente não será realizado no Município de Nova Friburgo e perderemos a oportunidade de receber os importantes e custosos serviços que contemplam locação de máquinas, caminhões e equipamentos para desassoreamento e transporte de resíduos, o que será futuramente demandado de forma direta ao Município, mediante custeio próprio.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

A contratação em tela tem como objetivo justamente a preservação ambiental com a destinação adequada de resíduos sólidos provenientes dos serviços de desassoreamento e dragagem, além dos serviços de obras públicas, demolições, terraplanagens, etc.

A contratação não irá prever medidas mitigadoras voltadas a ações de prevenção e contingência para afastar/tratar riscos ambientais, uma vez que tais medidas já são inerentes às condicionantes de licenciamento ambiental das propriedades licenciadas para a finalidade a que se destina, desconhecendo esta Secretaria a existência de Plano de Logística Sustentável – PLS no âmbito desta Administração Pública Municipal.

Portanto, necessário que os serviços de bota-fora a serem contratados disponham de todas as licenças correlatas, em nome da empresa ou do titular da área que demonstre vinculação contratual com a licitante, sendo certo que eventuais medidas mitigadoras se darão por conta e ordem da futura contratada, em atendimento às condicionantes dos seus respectivos licenciamentos ambientais.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, consoante artigo 9º, XIII da IN SEGES/ME Nº 58/2022, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

A contratação dos serviços objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

A solução pretendida se revela viável do ponto de vista técnico, operacional e orçamentário, bem como adequada à necessidade identificada na demanda da contratação.

Desta forma, declaramos a viabilidade da Formação da Ata de Registro de Preços para futura Contratação de Empresa especializada para os serviços de DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - CONTRATAÇÃO DE BOTA-FORA, pelo menor preço global, pelo prazo de 12 meses, prorrogáveis na forma da lei (arts. 84 e 107 da L. 14.133/2021), inclusive quanto ao volume contratado, necessária para atendimento às demandas contínuas desta Secretaria de Infraestrutura e Obras.

15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A E O B R A S

CONTEÚDO DO DOCUMENTO:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria participante e que o mesmo traz os conteúdos previstos no parágrafo 1º do art. 18 da Lei nº. 14.133/21, tidos como essenciais.

Apoio Técnico:	Apoio Técnico:
	 Jeferson Pires Aragão Subsecretário de Infraestrutura Pública Matrícula nº. 63.784
Edição	De Acordo
 Elias José Moreira Sanglard Assessor Especial Matrícula nº. 100.220	 Bernardo Coelho Verly Secretário de Infraestrutura e Obras Matrícula nº. 62.009